
FALÁCIAS BURGUESAS: AS CONSIDERAÇÕES DE KARL MARX, KARL POLANYI E DAVID HARVEY

BURGIAN FALACIES: THE CONSIDERATIONS OF KARL MARX, KARL POLANYI AND DAVID HARVEY

Priscila Dias Alkimim¹
Wellem Ribeiro da Silva²

RESUMO: O presente texto propõe, a partir de revisão teórica de obras de Karl Marx, Karl Polanyi e David Harvey, expor o pensamento crítico que esses autores fazem à Economia Política burguesa, em especial ao mito da naturalidade do mercado e da natureza econômica do ser humano, destacando a utopia da ideia do livre mercado ao evidenciarem que o Estado tem papel ativo na formação e manutenção dessa economia. São abordadas também considerações sobre o neoliberalismo e a aplicação do pensamento crítico desses autores também a essas concepções.

Palavras-chave: utopia, Marx, Polanyi, Harvey, livre mercado, *Homo Economicus*.

ABSTRACT: This paper proposes, based on a theoretical review of works by Karl Marx, Karl Polanyi and David Harvey, to expose the critical thinking that these authors make to bourgeois political economy, especially to the myth of the naturalness of the market and the economic nature of human beings, highlighting the utopia of the idea of the free market by showing that the state plays an active role in the formation and maintenance of the market economy. Considerations are also addressed about neoliberalism and the application of critical thinking of these authors also to these conceptions.

Keywords: utopia, Marx, Polanyi, Harvey, free market, *Homo Economicus*.

1. INTRODUÇÃO

Adam Smith em sua obra “A riqueza das nações” traz uma teoria dos sentimentos morais, já que ele além de economista também era um filósofo moral, dispondo que os desejos individuais (ambição, avarizia, etc.) poderiam ser conduzidos para o altruísmo pelo funcionamento sistemático de leis naturais, a “mão invisível” do mercado.

¹ Bacharel em Direito e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: prialkimim@yahoo.com.br

² Bacharel em Direito e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Coordenadora e Professora no curso de Direito na Faculdade Verde Norte – FAVENORTE, MG, Brasil. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Jurídica da Faculdade Verde Norte - FAVENORTE. E-mail: wellemribeiro@yahoo.com.br

Smith considera que a natureza do homem é individualista e racional, buscando sempre a maximização dos ganhos econômicos, ou seja, o homem é um *homo economicus*.

Em sua mencionada obra, Smith deixa claro o seu entendimento de que o que move a atividade produtiva na sociedade nada mais é do que os interesses individuais em maximizar ganhos:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (1996, p. 74).

Desse modo, o livre mercado, para Adam Smith, é um estágio avançado da evolução natural da sociedade humana e, o mercado autorregulado constituiria um ideal de modelo econômico, pois seria eficiente em alocar recursos escassos e, portanto, distribuir os ganhos entre os cidadãos. Maximizar nossos ganhos e minimizar nossas perdas simula uma estratégia satisfatoriamente significativa no mercado (PONTES, 2018).

Seguindo na cronológica do entendimento da relação entre o *homo economicus* e liberdade de mercado, David Ricardo, substituiu as questões morais do trabalho de Adam Smith por um rigor científico que flui de modo automático (RICARDO, 1996).

A compreensão da natureza humana pela ótica do conceito de *homo economicus* constituiu a base epistemológica do liberalismo clássico, para a consolidação do paradigma normativo de mercado auto-regulado, ou seja, o *laissez-faire*, partindo da premissa filosófica de que o ser humano é naturalmente individualista e centrado na maximização dos ganhos, que podem ser atingidos a partir da ausência da intervenção do Estado dentro do universo econômico que é regido por leis próprias.

Seguindo esses preceitos, o *laissez-faire*, o livre comércio e mercados adequadamente constituídos tornaram-se os mantras dos economistas políticos do século XIX. A ideia era de que se os livres mercados florescessem todo o resto ficaria bem.

Diversas são as críticas a essa epistemologia burguesa. Nesse artigo será verificado como as obras de Karl Marx e Karl Polanyi romperam com essa construção epistemológica e desmistificaram a ideia do *homo economicus* e o entendimento sobre as relações de mercado.

Na mesma linha serão analisadas as contribuições de David Harvey à matéria, bem como a aplicação dessas contribuições na desmistificação também das concepções neoliberalistas.

O primeiro tópico abordará o rompimento da epistemologia burguesa realizado por Karl Marx, a partir de análises realizadas em suas obras “O capital” e nos “Manuscritos econômico-filosóficos”.

O segundo tópico, por sua vez, explorará as contribuições de Karl Polanyi na desmistificação da economia de mercado, principalmente em sua obra “A grande transformação”.

O terceiro tópico trará os acréscimos a crítica às concepções do liberalismo econômico e neoliberalismo, abordadas pelo autor contemporâneo David Harvey.

Por fim, o último tópico buscará relacionar as críticas à epistemologia burguesa feitas por Marx e Polanyi às concepções neoliberalistas.

2. O ROMPIMENTO POR KARL MARX

O método materialista e dialético de Karl Marx sobre os processos sociais e históricos critica os economistas clássicos por considerarem o capitalismo como uma etapa natural da evolução humana.

Marx considera o capitalismo como uma fase transitória, marcada por suas contradições nas relações de produção, já que a necessidade contínua obtenção de mais-valia, através da exploração dos trabalhadores e do aumento da produção, faz com que expansão do capitalismo leve a sua própria destruição (MARX, 2011).

Marx refuta a ideia da epistemologia liberal de que as características do modo de produção capitalista são universais na história, já que a despeito de produção e trabalho serem comuns a todas as sociedades humanas, a propriedade privada e assalariamento são questões historicamente específicas.

Marx demonstra que o trabalho é parte da atividade vital do ser humano, é justamente, o que o diferencia dos outros animais, já que, através do trabalho, o homem pode transformar a natureza de forma consciente.

O resultado do trabalho humano é a objetivação do trabalho em algo material, contudo, o modo de produção capitalista modifica essa dinâmica, pois os seus produtos são institucionalizados como estranhos ao trabalhador, que passa a ser privado dos meios de produção, de modo que o trabalho, que antes era parte de sua atividade vital, passa a ser uma obrigação para que possa garantir a sua subsistência (MARX, 2004).

Esse trabalho estranhado faz com que essa atividade vital deixe de ser parte da essência humana para ser meio de existência do ser humano (MARX, 2004, p. 85).

Resumindo o raciocínio exposto, pode-se perceber a distinção, levantada por Marx, entre aspectos universais, e específicos da natureza humana, e aspectos históricos.

A produção e o trabalho são atividades vitais independentes de variáveis históricas, mas Marx critica a naturalização das relações produtivas capitalistas e do indivíduo autônomo como aspectos universais, já que para ele o modo de produção capitalista está associado a relações sociais historicamente específicas, caracterizadas pela separação entre o trabalhador e os meios de produção.

Em sua obra “O capital” Marx evidencia o utopismo da lógica smithiana da “mão invisível” do mercado, já que, no livre mercado desregulado, o capitalismo só pode sobreviver se sugar as fontes originais de riqueza, quais sejam, o solo e o trabalhador, gerando assim a destruição e degradação do meio ambiente e a depreciação e desvalorização do trabalhador (MARX, 2011).

Assim, ao contrário do ideal smithiano de que a “mão invisível” do mercado levaria a uma harmonia social, com a distribuição dos ganhos entre os cidadãos, Marx denuncia que a lógica do mercado desregulado levaria à destruição ambiental e a exploração cada vez maior do trabalhador.

Importante salientar, sobre esse aspecto da lógica smithiana da “mão invisível do mercado”, que o próprio Adam Smith reconhecia os conflitos existentes entre as classes, mas aduzia que o mercado auto-regulado levaria a uma harmonia social posterior.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DE KARL POLANYI

Assim como Karl Marx, Polanyi rejeitou a ideia do *homo economicus*, demonstrando em sua obra “A grande transformação” que as relações de mercado são uma excepcionalidade na história humana.

De acordo com Polanyi, ainda que Adam Smith não almejasse a construção de uma economia que transcendesse a esfera da sociedade, ele contribuiu para a construção da “falácia economicista” da naturalização das relações de mercado como inerentes ao ser humano (2000, p. 63).

Polanyi, através de análises históricas e antropológicas, sobre comunidades primitivas, concluiu que, em diversas épocas ou regiões, existiram sociedades que possuíam modos distintos de realização das atividades econômicas se comparadas o modelo de mercado capitalista, o que refuta a ideia de natureza individualista do homem.

Para Polanyi a classificação das economias está baseada nas formas de interação, sendo as principais formas, a reciprocidade, a redistribuição e a troca.

A reciprocidade é a movimentação de bens ou serviços entre indivíduos sem visar lucro, em relações de mutualidade. A redistribuição requer a presença de um coordenador que redistribui os recursos entre a comunidade. E por fim, a troca é o movimento orientado para a obtenção de lucro (2000, p. 66/74).

Polanyi salienta que as formas de interação não representam estágios de desenvolvimento, e que a despeito de uma dessas formas predominar em um período histórico e social as demais formas ainda coexistem com ela (2000, p. 75/76).

Karl Polanyi demonstra ainda como o Direito, as leis e as instituições foram transformadas em instrumentos de motivações econômicas, proporcionando o avanço do mercado auto-regulado, ao custo do afastamento os homens dos meios de produção e transformação dos seres humanos em meras mercadorias a serem compradas e vendidas dentro do mercado oferta e demanda (POLANYI, 2000).

O autor compara a economia de mercado a um “moinho satânico”, que triturou os homens transformando-os em massa (POLANYI, 2000, p. 51).

Além de criticar essa desumanização, Polanyi também critica o utilitarismo cru, que aceita os impactos sociais da economia de mercado, por possuir uma confiança não crítica nas alegadas propriedades curativas do crescimento econômico (2000, p. 51)

Polanyi constata:

(..) introdução dos mercados livres, longe de pôr fim às exigências de controle, regulação e intervenção, expandiu imenso o seu domínio. Os administradores tinham de se manter a todo o momento vigilantes para assegurar o livre funcionamento do sistema. Assim, até mesmo aqueles que desejam mais ardentemente libertar o Estado de todas as obrigações desnecessárias e cuja filosofia reclamava em todos os aspectos a limitação das atividades do Estado, não puderam fazer outra coisa que não fosse atribuir a esse mesmo Estado os novos poderes, órgãos e instrumentos requeridos pela instauração do *laissez-faire* (2000, p. 172).

Desse modo, Karl Polanyi desconstrói a narrativa smithiana de que o mercado, como condição natural, seria auto-regulado por suas leis naturais, já que na verdade, o Estado funcionou “como instrumento da ‘nacionalização’ do mercado e criador do mercado interno.” (2000, p. 86). Assim, a economia de mercado nada mais é do que um projeto político do

Estado moderno, o que coloca por terra a perspectiva da “mão invisível” do mercado por suas leis naturais.

Assim, para Polanyi a existência de um mercado auto-regulado é uma ideia utópica, já que para existência da economia de mercado, ela carece desse intervencionismo estatal.

Sobre esse aspecto, outra constatação interessante no discurso do mercado auto-regulado por sua “mão invisível” e que o próprio Adam Smith reconhecia a utilização do Estado pelos capitalistas como fonte de poder para controlar os trabalhadores, aduzindo, inclusive, que “o governo civil instituído com a finalidade de oferecer segurança à propriedade privada, é, na realidade instituído para defender o rico do pobre ou os que têm alguma propriedade dos que não tem propriedade alguma” (1937, p. 674).

4. OS ACRÉSCIMOS DE DAVID HARVEY

Seguindo na mesma linha de raciocínio de Marx e Polanyi, o autor contemporâneo, David Harvey, também tece considerações sobre o utopismo do livre mercado.

Harvey discorre que a ideologia dominante atual do neoliberalismo, persuade a aceitação desse utopismo, que Smith considerou ser a solução para todas as dificuldades (2004, p. 231).

Como consequência, as desigualdades financeiras se acentuaram cada vez mais nos países seguidores do utopismo do mercado, levando a um aumento tanto das desigualdades inter-regionais, quanto das desigualdades internas, causando o surgimento de um lado de opulentas zonas residenciais e do outro de favelas empobrecidas.

Nesse cenário, o Estado entra com esforços para amenizar algumas das consequências dessas desigualdades, ao passo que atua de forma ativa para garantir o funcionamento do livre mercado, o que não deixa de ser paradoxal, já que através de leis, autoridade, e força e em alguns casos violência, o Estado garante o funcionamento do livre mercado.

Assim, o utopismo de mercado lança ainda os Estados soberanos em rivalidades mercadológicas e lutas geopolíticas. Tal quadro é mais evidente ao se observar as perspectivas das cidades, já que a constante necessidade de busca por novos mercados e investimentos transforma as cidades em verdadeiras empresas, que se valem inclusive de estratégias de marketing para atrair investimentos e aumentarem seus mercados.

Harvey dispõe que “a preservação e a extensão do poder do Estado são cruciais para o funcionamento do livre mercado”, e inversamente “se a preservação do Estado é vital para o

funcionamento do livre mercado, a preservação desse poder requer a preservação dos mercados de funcionamento livre” (2004, p. 237).

Assim, nada livre tem esse mercado, já que toda a sua base estruturante e mantenedora está assentada no Estado, que por sua vez se sustenta pelo livre mercado.

5. AS FALÁCIAS DO NEOLIBERALISMO

O termo neoliberalismo foi cunhado por Alexander Rüstow em 1938, no Colóquio Walter Lippmann. Nesse colóquio participaram figuras como Raymond Aron, Walter Lippmann, Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e Rüstow, que procuraram definir um projeto político que recuperasse os ideais do liberalismo clássico.

Após a segunda guerra mundial, o grupo voltou a reunir, dessa vez em *Mont Pèlerin* na Suíça, comungando os ideais de mercado livre, máxima liberdade para a iniciativa privada e forte limitação da intervenção estatal.

David Harvey dispõe em sua obra “O neoliberalismo história e implicações” que as crises no keynesianismo na década de 1970 levaram à virada neoliberal (HARVEY, 2005).

Daí se deriva o chamado Consenso de Washington, cujas ideias giram em torno da mercantilização crescente de todas as dimensões da vida (como a saúde, a educação, a energia, etc.). Defendendo que a reação adequada à crise econômico-financeira é a liberalização dos movimentos de capital, privatização dos setores produtivos estratégicos, intensificação da exploração dos recursos ambientais e ecológicos e enfraquecimento do papel do Estado na economia em diversas áreas, principalmente no domínio do trabalho.

Os Estados então se assentam na idéia de que apenas com a redução das despesas do e a diminuição do seu papel na economia, se torna possível resolver o problema da crise das dívidas soberanas (FERNANDES, 2018).

O aspecto principal que neoliberalismo herdou do liberalismo clássico é a pretensão de naturalização da situação. Daí surge a famosa expressão de Margaret Thatcher de que não existe alternativa ao capitalismo liberal, não existe alternativa a uma economia baseada em mercados livres, porque eles representam como a realidade funciona, assim não há outro caminho.

Esses argumentos podem ser refutados com as mesmas considerações que Karl Marx e Karl Polanyi se valeram para expor o mito do *homo economicus* e a utopia do mercado auto-regulado.

Já que não sendo a lógica de mercado característica universal do homem e natural a ele, existe sim a alternativa de modificação histórica das relações humanas.

Além, disso o Estado neoliberal passa longe dos preceitos divulgados como inerentes à ideologia na intervencionista.

Segundo Marx, “a produção capitalista aspira constantemente a superar seus limites imanentes, mas só pode superá-los recorrendo a meios que voltam a levantar contra ela estes mesmos limites, todavia com maior força” (MARX, 2011).

Ou seja, o capitalismo é marcado por crises, condições inevitáveis à sua lógica. Está aí mais uma contradição desse sistema, já que nas crises o mercado clama por um Estado intervencionista nos moldes liberais, cuja missão é reanimar a economia de mercado.

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou demonstrar, através de revisão teórica, algumas convergências encontradas nas ideias de Karl Marx e Karl Polanyi com relação a suas visões críticas sobre as construções epistemológicas do liberalismo econômico, abordando também as convergências às críticas feitas por David Harvey, expondo como tais constatações podem ser aplicadas também na crítica da construção epistemológica do neoliberalismo.

Tanto Marx quanto Polanyi buscaram desconstruir a ideia da natureza individualista humana, alertando que as características das relações sociais do modo produção capitalista não são decorrentes de uma natureza humana universal, mas sim de condições historicamente específicas.

Marx e Polanyi buscaram desconstruir a ideia do *homo economicus*. Marx demonstrando o entendimento do ser humano como um ser social, indissociável de sua atividade vital, da qual o trabalho faz parte. Enquanto Polanyi evidenciando através de estudos antropológicos a existência de outras formas de integração predominantes nas diversas sociedades, portanto, a existência de outras motivações, além da maximização dos ganhos.

Os dois autores criticaram a desumanização nas relações capitalistas e a epistemologia liberal que tentava naturalizar esse processo social.

Além de ressaltarem que a ideia da “mão invisível” do mercado é utópica, já que a fundamentação, estrutura e sustentação do livre mercado é justamente garantida e mantida pelo Estado, através de seus aparelhos e forças, além de que o próprio Estado se mantém sustentado no livre mercado.

Assim, pelas análises de Marx, Polanyi e Harvey pode-se desconstruir a base dos argumentos ideológicos do liberalismo e do neoliberalismo, evidenciando que, ao contrário do propagado, existe sim uma alternativa.

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004;

_____. **O neoliberalismo história e implicações**. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005;

_____. **Para entender O capital: livro 1**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013;

FERNANDES, Patricia. *Myth, utopia, and democracy in Karl Polanyi's The great transformation*. *Ethics, Politics & Society. A Journal in Moral and Political Philosophy*. Vol 1, n. 1, p. 351/368, 2018. Disponível em: <<http://epsjournal.ilch.uminho.pt/index.php/eps/article/view/62/16>>. Acesso em: 20 de agosto de 2019;

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987;

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Athas, 2007;

MARX, Karl. **O capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011;

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004;

NUNES, Ticiania Amaral. Marx e Polanyi: a construção de uma epistemologia crítica ao Liberalismo Econômico. **Revista Café com Sociologia**. v.7, n.3. p. 50/66. Ago./dez., 2018. Disponível em: <<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/975/pdf>>. Acesso em: 22 de agosto de 2019;

PEET, R. e HARTWICK, E. *Theories of development: contentions, arguments, alternatives*. Londres/Nova York: The Guilford Press, 2015;

Revista Psicologia & Saberes

ISSN 2316-1124

v. 9, n. 18, 2020

PONTES, Edel Alexandre Silva. A Teoria dos Jogos: Conflito e Colaboração. **RACE-Revista da Administração**, v. 1, p. 46-53, 2018;

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo**. Trad. Fany Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000;

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996;

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996;

_____. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Nova York: Modern Library; 1937.